

CONFLITO NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO (RDC): UMA ANÁLISE SOCIOPOLÍTICA DO CENÁRIO ATUAL DO PAÍS (2024)

CONFLICT IN THE DEMOCRATIC REPUBLIC OF CONGO: A SOCIOPOLITICAL ANALYSIS OF THE COUNTRY'S CURRENT SCENARIO (2024)

Recebido em: 07/06/2025

Aceito em: 15/11/2025

Publicado em: 22/1/2026

Alfredo Gaspar Hernani¹ 
Universidade Federal do Piauí

David Gonçalves Borges² 
Universidade Federal do Piauí

Resumo: Este artigo analisa o conflito na República Democrática do Congo (RDC), explorando suas raízes geopolíticas, incluindo o genocídio de Ruanda (1994), as duas guerras do Congo (1996-1997 e 1998-2003) e a atuação de grupos armados como o M23, que conta com financiamento estrangeiro. O estudo, realizado através de levantamento documental, destaca a crise humanitária no Kivu do Norte, marcada por violência extrema, deslocamentos forçados e exploração do coltan – mineral crucial para a indústria eletrônica e fator central na disputa. Conclui-se que a fragilidade estatal e os interesses econômicos transnacionais exigem uma resposta internacional coordenada.

Palavras-chave: República Democrática do Congo; Crise humanitária; Conflitos Armados; M23; Relações Internacionais.

Abstract: This article analyzes the conflict in the Democratic Republic of Congo (DRC), exploring its geopolitical roots, including the Rwandan genocide (1994), the two Congo Wars (1996-1997 and 1998-2003), and the activities of armed groups such as M23, which receives foreign funding. The study, conducted through documentary research, highlights the humanitarian crisis in North Kivu, characterized by extreme violence, forced displacement, and the exploitation of coltan – a mineral crucial for the electronics industry and a central factor in the conflict. It concludes that state fragility and transnational economic interests require a coordinated international response.

Keywords: Democratic Republic of the Congo; Humanitarian Crisis; Armed Conflicts; M23; International Relations.

INTRODUÇÃO

A República Democrática do Congo (RDC) é um país localizado no continente africano, especificamente na sua parte central, e faz fronteira com Ruanda, Burundi, Angola, Congo Brazzaville (República do Congo), República Centro-Africana, Uganda, Sudão do Sul, Zâmbia e Tanzânia. Tornou-se independente em 1960, quando conseguiu se libertar da colonização belga. A sua capital e maior cidade é Kinshasa, com 14,9 milhões de habitantes. O país tem o

¹ Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, Brasil. Licenciado em Sociologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Bacharel em Humanidades (UNILAB). Bolsista da CAPES. E-mail: hernanialfredo054@gmail.com

² Professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI/CPCE), Bom Jesus, Brasil. Leciona atualmente na Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC/Ciências Humanas) e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP). Licenciado, mestre e doutor em Filosofia. Bacharel em Ciência Política e em Relações Internacionais. Bacharel e licenciado em Ciências Biológicas. E-mail: borges01@ufpi.edu.br

francês como língua oficial, mas também possui outras línguas como o lingala e o suaíli, conhecidas como línguas nacionais. Com uma extensão territorial de 2.345.000 km², é o segundo maior país da África, com uma população estimada em 99 milhões de habitantes (Banco Mundial, 2022). Além disso, o país possui a segunda maior floresta tropical do mundo, a Floresta do Congo, e a segunda maior bacia hidrográfica, a Bacia do Congo, estando ambas atrás somente da floresta Amazônica. Como em muitos casos que envolvem países africanos, a RDC é rica em recursos naturais; o suficiente para torná-la em um país rico, mas que infelizmente é superexplorado e sem nenhum retorno doméstico.

Este trabalho aborda o conflito armado e o cenário sociopolítico no país em questão, que durante décadas tem sido palco de um dos confrontos mais complexos do globo, entre seu exército e o grupo rebelde M23, na região oriental – concretamente, no Kivu do Norte³. O conflito na RDC tem sua origem na instabilidade política pós-independência, que culminou na primeira guerra do Congo em 1996 e, desde então, o país se tornou um campo de batalha de grupos armados que lutam para reivindicar o território. Esses conflitos têm como um dos seus objetivos o domínio dos recursos minerais encontrados no solo congolês. Segundo a organização Médicos Sem Fronteiras (MSF, 2023), as escaramuças entre os grupos armados e o exército da RDC já deslocaram mais de 1 milhão de pessoas da província do Kivu do Norte, e deixaram mais de 9 milhões de habitantes sem acesso a serviços de saúde adequados em todo território nacional.

Para Carl von Clausewitz (2010), a guerra, ou conflito armado, é uma forma de resolver disputas entre Estados ou grupos sociais quando os meios pacíficos (como a diplomacia) falham. Ele via a guerra como um ato de violência destinado a obrigar o adversário a cumprir a vontade de quem luta. Desta forma, o autor vê o conflito armado como um fenômeno que combina violência organizada, objetivos políticos e aspectos humanos irracionais.

Quincy Wright (1983), define o conflito armado como um fenômeno social complexo, influenciado por fatores históricos, econômicos, políticos e culturais. Ele destaca a necessidade de entender padrões históricos para evitar futuros conflitos. O conflito na RDC vem repetindo padrões históricos específicos, como divergências de interesses econômicos e tensões políticas, assim como rivalidades culturais oriundas de Ruanda.

O cenário sociopolítico na RDC vem se tornando um dos mais complicados e desafiadores dos últimos tempos, com diversos conflitos atingindo várias regiões deste extenso

³ Província localizada ao leste da República Democrática do Congo. Sua capital e maior cidade é Goma, com cerca de 2 milhões de habitantes.

território. As expectativas de paz aumentaram com o término de uma prolongada e custosa guerra civil em 2003, mas a população encara atualmente uma nova onda de conflitos com o ressurgimento do grupo rebelde M23 que, depois de ter sido derrotado em 2013, aparenta ter voltado mais forte, mais organizado e altamente armado, com equipamentos sofisticados e de alta tecnologia, deixando suspeitas sobre a possível influência de outras nações que possuem interesses no território congolês, mais propriamente no Kivu do Norte, na região leste do país.

A imprensa internacional, de modo geral, costuma apontar em suas apurações que o governo de Ruanda pode estar por trás do ressurgimento do M23, algo que já foi afirmado por Jean-Pierre LaCroix, chefe das forças de paz da ONU (Wafula, 2025; Kabumba e Asadu, 2025; Baudon, 2024). De acordo com Nangini et al. (2014), o grupo conhecido como Mouvement du 23 Mars (M23) tem sido um dos principais responsáveis pela instabilidade no país nos últimos anos. Mesmo após a derrota militar sofrida em novembro de 2013, pelas mãos das forças armadas congoleesas, com apoio da Missão de Estabilização das Nações Unidas (MONUSCO), o M23 se mostrou resiliente e resistente. Cathy Nangini *et al.* (2014) identificam o grupo rebelde M23 como o principal causador da instabilidade política, da crise humanitária e da perpetuação do conflito na RDC, enquanto Mariana Nunes Bernardes e Nathália Pavam Maia (2019) apontam a instabilidade social causada pelo imperialismo europeu e a forma como o Estado na África foi constituído como precursores do conflito na RDC.

Desta forma, pretendemos examinar questões políticas e étnicas envolvendo nações vizinhas, compreender o envolvimento de milícias estrangeiras no conflito, entender o desastre humanitário causado pelo conflito e explorar possíveis soluções.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento deste artigo optou-se por métodos qualitativos, fazendo utilização de análise documental como técnica de pesquisa devido à sua importância para extração de informações que ainda não receberam o devido tratamento analítico ou que podem ser reelaboradas. Os documentos selecionados foram aqueles que estão ligados, de alguma maneira, com o conflito armado na RDC e que detêm informações sobre a crise humanitária neste país.

Foi realizada, ainda, uma varredura em artigos, capítulos de livros, arquivos de órgãos governamentais e matérias de imprensa relacionadas ao tema, de modo a obtermos os dados relevantes para esta pesquisa. Não nos limitando apenas a esses conteúdos, também optamos pela busca em sites oficiais de organizações como a ONU, SADC, MSF e OMS, entre outras,

devido à credibilidade de suas informações e dos agentes ligados a elas, bem como as suas atualizações constantes.

CONTEXTO HISTÓRICO

As origens do atual conflito na RDC remontam a acontecimentos como o genocídio de Ruanda (1994), a primeira e segunda guerras do Congo (iniciadas em 1996 e 1998, respectivamente), e o acordo de paz de 23 de março de 2009. Os conflitos envolvendo as Forças Armadas da RDC, os grupos rebeldes e as milícias que tentam dominar o território e os recursos naturais no país vêm alcançando grandes proporções e milhares de civis foram deslocados de suas áreas. A RDC também enfrenta tensões crescentes com o vizinho Ruanda. As raízes profundas dessas tensões estão entrelaçadas com questões de identidades étnicas, rivalidades regionais e competição por recursos naturais. De acordo com Nzongola-Ntalaja (2002),

[...] especificamente, o genocídio no Ruanda em 1994 precipitou um influxo de mais de 1 milhão de refugiados e genocidas hutus através da fronteira. A RPF (Frente Patriótica Ruandesa) lançou uma ofensiva para contrariar as ameaças dos extremistas hutus, destruindo campos de refugiados e bases rebeldes na zona fronteira com a RDC em 06 de outubro de 1996 (Nzongola-Ntalaja, 2002, p. 224, tradução livre).

Os acontecimentos vivenciados nesta parte do mundo mostram como a RDC é rica em recursos naturais e isso a tornou um país geopoliticamente importante. Por mais que não se comente tanto a respeito desse conflito - talvez porque os holofotes do mundo estejam focados em países como Israel e Ucrânia, dando uma sensação de desinteresse por parte da imprensa internacional - é pertinente que ele receba a devida atenção, principalmente pela catástrofe sem precedentes que o país tem vivenciado nestes últimos anos, e devido aos benefícios que a RDC tem proporcionado ao mundo todo com minerais encontrados em seu solo. Dentre eles há alguns minérios raros no mundo, em especial o coltan, utilizado nas baterias de celulares e carros, tornando o país um potencial parceiro geopoliticamente estratégico para outras nações, e sendo umas das principais causas do conflito que perdura durante décadas (Ayres, 2012).

É constatável que o comércio ilegal de diamantes, ouro, cobre e coltan também ajudou a financiar exércitos invasores e milícias locais, perpetuando o conflito, principalmente na região leste do país (Ayres, 2012; Ojewale, 2022). O coltan, uma mistura de minerais valiosa utilizada principalmente pela indústria de telecomunicações e cuja demanda está aumentando devido à tecnologia 5G, que exige capacitores de baixa voltagem, atraiu diversas forças invasoras para a RDC, que possui a maior reserva deste mineral no mundo, gerando intensas operações comerciais na região, em sua maioria ilegais e feitas por grupos não-oficiais

(Montague, 2002). Ademais, é possível afirmar que o conflito contínuo é um subproduto do comércio internacional de minerais, pois a exploração desses materiais é controlada pelas milícias, na sua maioria estrangeiras, envolvidas nas guerras civis (Nunes Bernardes; Pavam Maia, 2019).

O conflito no leste da RDC vem acontecendo desde a primeira guerra do Congo (1996-1997), que foi consequência do genocídio de Ruanda de 1994, durante a qual extremistas da etnia hutus mataram cerca de 1 milhão de pessoas pertencentes a minorias étnicas tutsis⁴. De acordo com Danilo da Fonseca (2022):

[...] os grupos apoiadores do governo da Segunda República Ruandesa, constituídos majoritariamente por ruandeses ligados à [sic] partidos governistas, assim como suas violentas milícias e o Exército ruandês, que se identificavam como Hutus, assassinaram centenas de milhares de ruandeses que eram entendidos e se identificavam como tutsis e também milhares de hutus que faziam parte da oposição política, ou que eram contrários ao genocídio (Fonseca, 2022, p. 132).

De acordo com os dados encontrados, durante e após o genocídio, aproximadamente 8 milhões de refugiados hutus moderados cruzaram a fronteira congoleza, estabelecendo-se principalmente em campos de refugiados nas províncias do Kivu do Norte e Kivu do Sul. Mas um pequeno subconjunto dos ruandeses que se encontravam no território congolês eram extremistas hutus, que começaram a organizar milícias naquele país. Após a vitória da Frente Patriótica Ruandesa⁵ (PFR) contra o governo ruandês, o novo governo liderado pelos tutsis iniciou seu envolvimento na RDC, então conhecida como República do Zaire. As tropas ruandesas, sob o comando do atual presidente Paul Kagame, junto com as milícias tutsis fixadas no território do Zaire, invadiram este país, que na altura era governado por Mobutu Sese Seko. Ruanda justificou suas ações argumentando que os grupos hutus no leste do Zaire ainda eram uma ameaça para a população tutsi e que o regime de Mobutu estava abrigando extremistas hutus que tinham fugido através da fronteira (Fonseca, 2022; Pereira; Aguilar, 2014). Dessa forma, Ruanda travou a primeira guerra do Congo contra o Zaire com a ajuda de outros Estados africanos (Uganda, Burundi e Angola), que tinham seus próprios interesses geopolíticos.

Também é documentado que a invasão da coalizão ruandesa foi coordenada com o líder da oposição do Zaire, Laurent Kabila, que, com a AFDL (Aliança de Forças Democráticas para

⁴ Hutus e Tutsis são dois grupos étnicos ruandeses envolvidos no genocídio de Ruanda, que teve os tutsis quase dizimados pelos extremistas hutus em 1994.

⁵ Partido político dominante em Ruanda. Liderado pelo atual presidente, Paul Kagame. O partido governa o país desde que sua ala armada terminou o genocídio de Ruanda em 1994, embora Kagame fosse, à época, ministro da defesa e vice-presidente – vindo a se tornar presidente apenas em 2000.

a Libertação), venceu a guerra em 1997. Neste mesmo ano Mobutu Sese Seko fugiu de Kinshasa, capital do país e, após a guerra, Kabila foi empossado como presidente do Zaire, mudando o nome do país para República Democrática do Congo (Turner, 2007).

Como constatado nos documentos analisados, em 1998 começou a deterioração das relações entre Kigali⁶ e Kinshasa, logo após surgirem rumores de que Ruanda tinha influência sobre o presidente Kabila. Entretanto, Kabila negou as alegações. Neste mesmo período, surgiu um grupo de rebeldes chamados Reagrupamento Congolês para Democracia (RCD), tendo influência da Ruanda e Uganda. Com eminente término das relações entre os países, Kabila começou a retirar o povo da etnia tutsi do seu território e tomou medidas para enfraquecer a presença militar ruandesa no leste do Congo. No final da década de 1990, em uma nova inversão de alianças, Kabila ordenou que todas as tropas estrangeiras saíssem do território congolês e permitiu que grupos armados hutus se organizassem novamente na fronteira (Nangini et al., 2014).

Ruanda respondeu invadindo a RDC em 1998, com o objetivo de criar uma zona nas fronteiras entre RDC e Ruanda controlada pelas suas próprias tropas, a fim de criar maior distância do grupo étnico hutus no leste do Congo. As Forças Armadas do Congo (FARDC), agora apoiadas por Angola, Namíbia e Zimbabué, lutaram contra os militares da Ruanda, Uganda e do Burundi, iniciando-se assim a segunda guerra do Congo. Ainda neste período, a RCD, que era apoiada por Ruanda e Uganda, criou duas facções, a RCD Goma, com mais influência da Ruanda e a RCD Kisangani, com forte influência da Uganda. Já as FARDC tiveram apoio de outros grupos rebeldes, como o Mai Mai⁷ e as Forças Democráticas de Libertação de Ruanda (FDLR), que eram dominadas pelos hutus.

O conflito eclodiu quando as relações entre Laurent Kabila e os seus apoiantes tutsis ruandeses e congoleses se deterioraram, desencadeando uma invasão do Ruanda e do Uganda (2 de agosto de 1998) e uma marcha falhada sobre Kinshasa (6 de agosto – 1 de setembro). [...] A guerra degenerou rapidamente em parcialidade, predação e pilhagem. Soldados do Burundi, da Ruanda, do Uganda e da RCD extorquiam e mais tarde extraíam bens das zonas ocupadas. A Ruanda e o Uganda foram também acusados de criar empresas de fachada para facilitar as atividades de extração ilegal. A ONU e a comunidade internacional em geral alargaram o seu apoio durante este período, ostensivamente para promover mais estabilidade e reconstrução na região (Nangini *et al.*, 2014, p. 3, tradução livre).

⁶ Capital da Ruanda.

⁷ Este nome é atribuído a qualquer milícia de base comunitária na RDC. Normalmente são formadas por cidadãos de uma vila ou cidade, que se agrupam para resistir a tentativas de invasão por parte de outros grupos armados.

O RCD-Goma emergiu como o grupo mais poderoso, e manteve o controle de Kivu do Norte e Kivu do Sul. Durante a guerra, em 2001, o presidente Laurent Kabila foi assassinado, e seu filho, Joseph Kabila, assumiu o seu lugar. Assim, a segunda guerra do Congo foi formalmente encerrada em 2002, sob comando do jovem Joseph Kabila.

Após a guerra, seguiu-se um longo processo de paz realizado em grande parte pela administração da África do Sul e, finalmente, entre 2002 e 2003, Ruanda, Uganda e a RDC começaram a implementar um conjunto de acordos de paz que autorizaram um governo de transição em Kinshasa liderado por Joseph Kabila. Em 2006 houve eleições no país que foram vencidas pelo jovem Kabila, mas os resultados não foram bem aceitos pelo RCD Goma, que também recusou a integração às Forças Armadas do país e, com isso, se rebelou novamente. A paz só veio a ser alcançada em 2009.

O RCD-Goma se converteu, em 2006, no Congresso Nacional pela Defesa do Povo (CNDP), o qual – após as eleições realizadas nesse ano na República Democrática do Congo, vencidas por Joseph Kabila – passou a ser o principal movimento rebelde armado do país, tendo entrado em combate, inclusive, contra as tropas da MONUC (UN, 2008, apud Moraes, 2011, p. 107).

O movimento rebelde passou por várias transformações e mudanças de nome, vindo a se tornar um dos principais inimigos e opositores do governo de Kabila.

O QUE É O M23?

Com a finalidade de compreender melhor o grupo rebelde que atormenta a população congoleza, nos dedicamos, nesta parte, a analisar o mesmo. O M23 é um grupo que assumiu diversas formas anteriormente, sendo resultante da formação do RCD (1997), que passou a ser RCD-Goma (1998) e foi reconstituído como Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP), em 2006. Em 2012, o CNDP ressurgiu como o grupo M23, em alusão ao acordo de 23 de março de 2009.

Em 23 de março de 2009, o CNDP e o governo da RDC assinaram um acordo de paz que concedeu ao CNDP o estatuto de partido político em troca da libertação dos membros presos [da FARDC]. O processo de paz foi, como muitos outros antes dele, de curta duração. Em 4 de abril de 2012, o grupo rebelde M23, cujo nome deriva da data do acordo de paz de 2009, foi criado depois de 300 soldados, na sua maioria ex-CNDP, se terem rebelado contra o governo da RDC, argumentando que o governo não tinha cumprido os termos do acordo de paz e protestando contra o mau tratamento dado ao exército da RDC. O M23 viria a tornar-se num dos mais formidáveis grupos armados da RDC (Nangini et al., 2014, p. 3-4, tradução livre).

No período entre 2012 e 2013 o M23 tornou-se uma força inegável no leste da RDC, lançando ataques enquanto acusando o governo de não ter cumprido com o acordo de paz, ao passo que Kinshasa acusou Kigali de apoiar o grupo. O exército congolês, juntamente com uma brigada da ONU, derrotou temporariamente o grupo rebelde M23 em 05 de novembro de 2013. Assim como a sua rápida ascensão, o M23 teve uma morte igualmente rápida. Além disso, o grupo tinha sido consideravelmente enfraquecido por lutas internas pela liderança (Nangini, *et al.*, 2014).

Após sua derrota em 2013, os rebeldes do M23 ressurgiram após quase 10 anos, em 2021, lançando ataques contra a FARDC e as tropas da ONU. Em julho de 2022 ganharam controle de grande parte da província do Kivu do Norte, estando militarmente mais fortes, mais organizados, e funcionando cada vez mais como um exército convencional, contando com equipamentos muito mais sofisticados do que no passado, como afirmou Mathias Gillmann, porta voz da missão de estabilização da ONU na RDC (Ntanyoma, 2022). As fontes de inteligência da RDC deram a entender que atualmente o M23 é capaz de atuar 24 horas por dia graças a dispositivos de visão noturna, tornando os Serviços de Segurança de Ruanda suspeitos de apoiar o M23, com a RDC acusando o vizinho de financiar seu ressurgimento. Já Ruanda, por sua vez, acusou a RDC de apoiar, mais uma vez, milícias extremistas hutus, e aumentou sua presença militar no território congolês (ONU, 2024b).

Os ataques dos rebeldes do M23 provocaram o deslocamento maciço da população, bloqueando as vias de abastecimento de Goma e agravando a situação humanitária. Entretanto, as principais estradas de Goma, que são cruciais para a circulação de civis, bens e ajuda humanitária, tornaram-se intransitáveis devido às atrocidades cometidas pelos grupos armados, restringindo ainda mais o acesso a serviços essenciais e abastecimento (SADC, 2024). Com isso, uma guerra que parece não ter fim reaparece de forma mais violenta e devastadora, tendo participação de milícias internacionais, além dos atores regionais já conhecidos, algo que pode elevar esse conflito a patamares diferentes daqueles que já foram vistos anteriormente nesta mesma região do continente africano.

CRISE HUMANITÁRIA

Para obtermos uma noção sobre a crise humanitária provocada pelo conflito armado na RDC, foi necessário procurar por relatórios e materiais publicados pela Southern African Development Community (SADC), Organização Mundial de Saúde (OMS), Médicos Sem Fronteiras (MSF) e Organização das Nações Unidas (ONU). A Missão da SADC na República

Democrática do Congo (SAMIDRC) confirmou que os ataques afetaram civis inocentes, muitos dos quais eram mulheres e crianças, constituindo uma violação flagrante do direito humanitário internacional (SADC, 2024).

A situação humanitária na RDC é uma das mais complexas e desafiadoras em todo o mundo, na qual múltiplos conflitos afetam várias partes do vasto território. De acordo com a Deutsche Welle (RDC, 2024), uma emissora alemã que consiste em um dos veículos internacionais de mídia de maior credibilidade, a escalada do conflito na região do Kivu do Norte, no leste do país, resultou no deslocamento de pelo menos 250 mil pessoas em fevereiro de 2024, sendo descrita como uma crise humanitária sem precedentes. E, de acordo com a ONU (2024a), mais de 700 mil pessoas foram forçadas a fugir de suas casas nos últimos meses, elevando o número total de deslocados para um recorde histórico de 7,2 milhões. Junto a isso, a crise humanitária vivenciada na RDC é responsável por violência sexual e de gênero em níveis sem precedentes e devastadores.

O país ainda tem enfrentado crise alimentar e subfinanciamento. De acordo com os dados da ONU, mais de 25 milhões de pessoas - que correspondem, aproximadamente, a um quarto da população - enfrentam níveis de crise ou emergência de insegurança alimentar (ONU, 2024a). A falta de recursos agrava a situação, afetando a assistência vital às pessoas necessitadas, e mostrando que o plano de resposta humanitária está lamentavelmente subfinanciado.

A tensão política na RDC criou uma onda de crise institucional, com o anúncio do fim da coligação do governo pelo presidente Tshisekedi, em dezembro de 2020, agravando a situação do país, que se encontra à beira de uma catástrofe humanitária com impactos significativos na segurança, na saúde e no bem-estar da população. Torna-se imperativo que a comunidade internacional aja de modo mais efetivo e com urgência (Bashi, 2020).

Foi analisado também como a comunidade internacional tem reagido ao conflito armado e à crise humanitária na RDC. De acordo com as informações encontradas, de forma a apoiar a população da RDC na luta contra a crise, a comunidade internacional tem fornecido assistência humanitária através de organizações como a ONU, UNICEF, Cruz Vermelha, e Médicos Sem Fronteiras, que estão atuando no território congolês fornecendo assistência médica, alimentos, abrigo e apoio psicossocial às vítimas. Em período anterior, em 1999, durante a segunda guerra

do Congo, a ONU, através do seu Conselho de Segurança, estabeleceu a MONUSCO⁸, que, de acordo com Pereira e Aguilar (2014),

Em 1999 foi estabelecida pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas a Missão da Organização das Nações Unidas no Congo (MONUC) que deveria “zelar pela manutenção da paz e dos direitos humanos na região” e proteger a população civil. No entanto, a operação de paz não apresentou resultados efetivos. A sociedade congolese fracionada e a postura dos países vizinhos que buscavam apenas a concretização de seus interesses econômicos nos recursos naturais congolese dificultaram os objetivos de atuação da ONU. O pequeno grau de consenso entre os atores domésticos, regionais e externos, fundamental para contenção da extrema violência na RDC, nunca existiu na prática, impedindo o cumprimento do acordo estabelecido (Pereira; Aguilar, 2014).

Outra forma de apoio passa pela diplomacia e pela pressão diplomática, em que países e organizações pressionam por soluções políticas para a crise, incluindo negociações de paz, diálogo entre as partes em conflito e esforços para evitar escaladas adicionais. A comunidade internacional está insistindo com os líderes congolese para que trabalhem juntos para resolver as tensões políticas e encontrar soluções sustentáveis, bem como no sentido de sensibilizar o público a respeito da situação na RDC, incentivando a solidariedade global.

A comunidade internacional tem feito esforços para apoiar a população congolese neste momento de catástrofe e situação desumana pela qual tem passado nos últimos anos. Organizações internacionais têm se movimentado de modo a cooperar com as organizações regionais em busca de soluções para frear o conflito e, quem sabe, colocar em curso uma negociação para o seu encerramento. Para isso todos os esforços são necessários, desde o financiamento para auxiliar as organizações e agências humanitárias que se encontram no território congolês, apoiando-as com medicamentos, alimentos e abrigo, até a sensibilização da população regional e internacional, de modo a solidarizarem-se com as vítimas desse desastre humanitário.

AUSÊNCIA DE UM ESTADO FORTE

Os acontecimentos que antecederam o conflito atual mostram o quanto a República Democrática do Congo é frágil e suscetível a constantes ataques, sejam eles internos ou externos, nos quais, na maioria das vezes, os ataques externos acabam por se tornar internos. As autoras Mariana Bernardes e Nathália Maia (2019) dizem que a instabilidade sociopolítica

⁸ Anteriormente chamado de MONUC, teve o nome alterado para Missão das Nações Unidas de Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO) em maio de 2010, por meio da Resolução nº 1.925 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

encontrada na RDC se dá na construção do Estado no continente africano que, para elas, se torna um dado fundamental para a compreensão do desenvolvimento das nações africanas.

Na perspectiva de Weber (2022), o Estado, entendido como uma organização política compulsória, detém o controle territorial e, através da burocracia, mantém de maneira bem-sucedida a reivindicação do monopólio do uso legítimo da força física na imposição de sua ordem. Weber ainda frisa que, quando se trata de guerras e conflitos existentes em qualquer processo de criação de Estado moderno, a capacidade coercitiva para lidar tanto com os seus oponentes internos quanto externos seria o mínimo necessário para qualquer Estado (Weber, 2022).

A BUSCA POR SOLUÇÕES DURADOURAS PARA O CONFLITO NA RDC

Buscar uma solução duradoura para o conflito na RDC é um desafio complexo devido a tudo que está envolvido, desde o histórico de guerra envolvendo grupos étnicos e regionais, até as minas de minerais preciosos encontrados somente naquela região. Trata-se de um terreno rico, que atrai interesses de várias nações mundo afora, que cobiçam o controle efetivo do leste da RDC através de milícias internacionais.

Para Duarte e Carvalho (2023), o modelo de estabilização das operações de paz da ONU possui limites, uma vez que a ênfase no uso da força para combater grupos armados pode prolongar a violência ao invés de promover a paz. Segundo estas autoras o foco no uso da força pode desviar a atenção dos esforços de resolução de conflitos, resultando em vitórias militares para os governos, mas não necessariamente em soluções duradouras, potencialmente levando à marginalização de grupos opositores e à perpetuação da violência. Isso significa que a imposição de soluções militares pode criar um ambiente propício para a rearticulação da oposição armada, tornando-se um gatilho para o ressurgimento de guerras civis.

Magabo e Mushitsi (2024) destacam ainda que a intervenção da Comunidade da África Oriental (EAC, composta por Burundi, Quênia, Ruanda, Sudão do Sul, Tanzânia, RDC e Uganda) no conflito em questão falhou em seus objetivos, levantando questões sobre a eficácia das intervenções regionais. Fatores como a falta de unidade entre os estados membros, coordenação inadequada, interesses divergentes e a influência de atores e dinâmicas de poder externos teriam comprometido a eficácia da resposta da EAC. Isso indica que a colaboração entre organizações regionais e parceiros internacionais é crucial para abordar conflitos complexos e promover a paz sustentável.

Incentivar o diálogo entre os grupos armados, líderes políticos e a sociedade civil é fundamental para as negociações de paz, que devem ser apoiadas por mediadores neutros e envolver todas as partes interessadas. Por parte da RDC, uma reforma institucional seria importante para fortalecer as instituições governamentais, incluindo o exército e a polícia, de modo a garantir a segurança e a aplicação da lei, bem como combater a corrupção e melhorar a governança. Faz-se necessário, de igual modo, criar condições necessárias para o desenvolvimento socioeconômico, investindo em infraestrutura, educação e saúde, como forma de melhorar a qualidade de vida da população, reduzindo a propensão à radicalização e à violência.

O envolvimento regional e internacional é fundamental para a estabilidade na RDC. Dessa forma, a comunidade internacional deve fornecer assistência humanitária e apoiar esforços de paz. Por fim, a responsabilização deve ser aplicada, sendo necessário levar os responsáveis por crimes de guerra e violação de direitos humanos à justiça. Em uma última análise, uma solução duradoura requer esforços coordenados, compromissos e paciência de todas as partes envolvidas. Dito isso, a paz duradoura na RDC é possível, mas exigiria perseverança e cooperação contínua, visto que já foi alcançada a paz em conflitos anteriores e, ainda assim, após poucos anos, surgiram novos conflitos; dessa vez ainda mais devastadores e com uma situação bem mais delicada para a população congolesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conflito no leste da RDC tem ganhado proporções cada vez maiores, mais devastadoras e assustadoras aos olhos do cenário geopolítico, sendo causa da maior crise humanitária já vista no continente e talvez no mundo, com elevados índices de mortes, deslocamentos em massa e violência sexual extrema. Os grupos armados nacionais e estrangeiros fixados naquela região, guiados por ambição e ganância, fazem da área um verdadeiro inferno para a população do Kivu do Norte e regiões vizinhas, que têm servido de abrigo para as pessoas que se deslocam do Kivu do Norte e do Sul. A ONU e variadas organizações humanitárias têm feito esforços para ajudar na crise, mas, ainda assim, tem sido difícil lidar com uma catástrofe dessa magnitude.

Está claro que o comércio internacional ilegal de minerais se tornou um propulsor para a manutenção do conflito, dado o fato de que é através dele que o conflito é financiado, visto que o seu controle está nas mãos de milícias estrangeiras que, por sua vez, apoiam o grupo

rebelde M23 com o objetivo de obter o controle total sobre a região leste da República Democrática do Congo.

O envolvimento de Ruanda no território da RDC se deu por questões relacionadas aos hutus extremistas refugiados nesse país que eram entendidos como uma ameaça persistente à população tutsi. Porém, com o passar do tempo os interesses foram mudando e Ruanda se tornou mais um dos países interessados em ter o controle da parte leste da RDC. Informações ligando a Ruanda ao grupo rebelde M23 surgem com frequência na imprensa internacional. Além disso, um relatório da ONU (2024b) apontou que, além do financiamento, Ruanda controla as operações do grupo rebelde no território congolês. Pelo que se sabe até o momento ao respeito do grupo rebelde M23, desde suas formações anteriores e motivações, bem como sua recusa em fazer parte das Forças Armadas Congolesas, é possível especular que a sua ambição passa pela detenção do poder, não apenas na região leste da RDC, mas em todo o país, dando continuidade ao longo histórico de golpes de Estado na República Democrática do Congo.

Muito se fala do apoio da comunidade internacional, mas pouco ou nada sobre o da comunidade regional. Seria fundamental que houvesse maior envolvimento dos países da África Austral e membros da SADC, que se afirmam parceiros da RDC. É importante que tanto a SADC quanto outras organizações africanas tenham a capacidade de resolver seus problemas sem envolvimento externo, visto que uma das razões desse conflito persistir até os dias atuais tem a ver com o envolvimento de países estrangeiros que, durante o pós-colonialismo, vêm implementando um novo imperialismo nas ex-colônias africanas, dominando-as e ditando as “regras do jogo”. É imprescindível uma resposta das nações da região Austral do continente africano, assim como tem acontecido na região do Sahel com Burkina Faso, Níger e Mali, mostrando que é possível se libertar do imperialismo europeu e norte-americano, e que as relações com os países fora do continente podem ser de cooperação, e não de exploração e subordinação.

Por fim, a partir das constatações acima, observa-se que a temática do conflito armado na RDC se constitui em um ótimo contributo para os campos de estudos dos conflitos internacionais, da geopolítica do poder, dos estudos estratégicos, da segurança internacional (com ênfase em grupos armados ou rebeldes), da economia política (devido ao coltan) e das operações de paz. Cremos que este artigo exploratório contribui com os estudos relacionados ao continente africano, podendo ser utilizado nas instituições de ensino brasileiras, fornecendo

aportes para a compreensão da constituição dos Estados na África e as consequências do imperialismo.

Está nítido que ainda há muito a ser examinado e desenvolvido academicamente, como a questão do comércio internacional ilegal de minerais e o modus operandi das milícias apoiadas por atores estrangeiros. Esperamos, deste modo, ter contribuído para a compreensão do cenário atual da República Democrática do Congo, fornecendo substrato para pesquisas e discussões futuras nas áreas da ciência política e dos conflitos internacionais.

REFERÊNCIAS

AYRES, Christopher J. The international trade in conflict minerals: coltan. **Critical perspectives on international business**, v. 8, n. 2, p. 178-193, 2012.

BASHI, Wendy. Tensão política aumenta na República Democrática do Congo. **DW**, Bonn, 08 dez. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/tens%C3%A3o-pol%C3%ADtica-aumenta-na-rep%C3%BAblica-democr%C3%A1tica-do-congo/a-55861807>. Acesso em: 11 nov. 2024.

BAUDON, Antoine. M23: a forgotten war and an overshadowed ceasefire. **International Centre for Counter-Terrorism (ICCT)**, Hague, 09 ago. 2024. Disponível em: <https://icct.nl/publication/m23-forgotten-war-and-overshadowed-ceasefire>. Acessado em: 03 jun. 2025.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. Tradução de Maria Teresa Ramos. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

DA FONSECA, Danilo Ferreira. Centros de memória e ensino: a Frente Patriótica Ruandesa e a difusão da história de Ruanda. **Cadernos de África Contemporânea**, v. 5, n. 10, p. 131-142, 2022.

DUARTE, Geraldine Rosas; CARVALHO, Letícia. Operações de estabilização e prolongamento dos conflitos armados: estudo de caso do retorno do M23 na República Democrática do Congo. **Araucaria: Revista Iberoamericana de Filosofia, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales**, v. 26, n. 55, p. 227-250, 2024.

KABUMBA, Justin; ASADU, Chinedu. Thousands flee fighting in Congo as rebels claim they've captured the key city of Goma. **Associated Press**, New York, 27 jan. 2025. Disponível em: <https://apnews.com/article/congo-goma-m23-rebels-northkivu-da924b78ece7e583962f3976544ab7a3>. Acessado em: 03 jun. 2025.

MAGABO, Jacques; MUSHITSI, Patrick. Analysing the challenges faced by the East African Community Regional Force in countering M23 rebels in Eastern DR Congo. **International Journal of Political Science**, v. 10, n. 1, p. 14-20, 2024.

MONTAGUE, Dena. Stolen goods: Coltan and conflict in the Democratic Republic of Congo. **Sais Review**, v. 22, n. 1, p. 103-118, 2002.

MORAES, Rodrigo Fracalossi. Operações de Paz e Comércio de Armas: Governança e Desgovernança Internacional na Gestão de Conflitos. In: KENKEL, Kai Michael; MORAES, Rodrigo Fracalossi (Orgs.). **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. Brasília: Ipea, 2012, p. 93-115.

MSF pede maior resposta à grave crise em Kivu do Norte, na República Democrática do Congo. **Médicos Sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, 05 abr. 2023. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/msf-pede-maior-resposta-a-grave-crise-em-kivu-do-norte-na-republica-democratica-do-congo/>. Acesso em: 28 jun. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. República Democrática do Congo está “à beira da catástrofe”. **ONU News**, New York, 2 mai. 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/05/1831081>. Acessado em: 28 jun. 2024a.

NANGINI, Cathy *et al.* Visualizing armed groups: The Democratic Republic of the Congo’s M23 in focus. **Stability: International Journal of Security and Development**, 3(1): 5, p. 1-8, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5334/sta.dd>

NTANYOMA. Delphin R. M23: M23: Four things you should know about the rebel group’s campaign in Rwanda-DRC conflict. **The Conversation**, 23 nov. 2022. Disponível em: <https://theconversation.com/m23-four-things-you-should-know-about-the-rebel-groups-campaign-in-rwanda-drc-conflict-195020>. Acessado em: 03 jun. 2025.

NUNES BERNARDES, Marina; PAVAM MAIA, Nathália. O Estado Africano, o conflito político na República Democrática do Congo e as suas projeções de desenvolvimento. **Conjuntura Internacional**, v. 16, n. 2, p. 41-50, 2019.

NZONGOLA-NTALAJA, Georges. **The Congo from Leopold to Kabila: a people's history**. Bloomsbury Publishing, 2013.

OJEWALE, Oluwole. Mining and illicit trading of coltan in the Democratic Republic of Congo. **Institute for Security Studies, INTERPOL, and the Global Initiative Against Transnational Organized Crime**, 29, mar. 2022.

PEREIRA, Letícia; AGUILAR, Sérgio. Congo – A atual dinâmica do conflito e a rendição do M23. **Série Conflitos Internacionais (UNESP)**, n. 2, abr. 2014.

RDC enfrenta crise humanitária sem precedentes. **DW**, Bonn, 14 mar. 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/rdc-enfrenta-crise-humanit%C3%A1ria-sem-precedentes/a-68518753>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SADC. **Comunicado de imprensa: a SADC condena os terríveis ataques do M23 a um centro de deslocados internos no leste da RDC, que causaram 16 mortos e 30 feridos civis**. Gaborone, Botsuana: SADC, 05 mai. 2024. Disponível em: <https://www.sadc.int/pt-pt/document/sadc-condena-os-terriveis-ataques-do-m23-um-centro-de-deslocados-internos-no-leste-da-rdc>. Acesso em: 03 jun. 2025.

TURNER, Thomas. **The Congo wars: conflict, myth and reality**. Zed Books, 2007.

UNITED NATIONS. **Letter dated 31 May 2024 from the Group of Experts on the Democratic Republic of the Congo addressed to the President of the Security Council.** New York: Security Council, 2024b. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/4053693?v=pdf>. Acessado em: 03 jun. 2025.

WAFULA, Ian. The evidence that shows Rwanda is backing rebels in DR Congo. **BBC**, London, 25 jan. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/articles/ckgyz11mlkvo>. Acessado em: 03 jun. 2025.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. v. 2. 5 ed. Brasília: UnB. 2022.

WRIGHT, Quincy. **A study of war**. 2 ed. Chicago: University of Chicago Press, 1983.